



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA

GRUPO OCUPACIONAL - ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR – CPE 2 ANALISTA PARLAMENTAR

CÓDIGO DA PROVA

S12 W
MANHÃ

Verifique se o código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE DE FRIEDRICH NIETZSCHE PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

“Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas.”

ATENÇÃO

Duração da prova: 3h e 30 min.

Este caderno contém 50 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 alternativas de resposta – A, B, C, D e E – conforme disposição abaixo.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
- Língua Portuguesa	10	2
- Raciocínio Lógico e Matemático	5	2
- Ética e Conduta na Administração Pública	5	2
- Informática Básica	5	2
- Legislação Municipal	5	2
- Conhecimentos Específicos	20	2

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração de prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando a substituição.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação acarretará a eliminação do candidato
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Leia com atenção o texto abaixo e responda ao que se pede.

ÉTICA E MORAL

Ethos – ética, em grego – designa a morada humana. O ser humano separa uma parte do mundo para, moldando-a ao seu jeito, construir um abrigo protetor e permanente. A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si. Ética significa, segundo Leonardo Boff, “tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda”.

A ética não se confunde com a moral. A moral é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, certa tradição cultural, etc. Há morais específicas, também, em grupos sociais mais restritos: uma instituição, um partido político. Há, portanto, muitas e diversas morais. Isto significa dizer que uma moral é um fenômeno social particular, que não tem compromisso com a universalidade, isto é, com o que é válido e de direito para todos os homens. Exceto quando atacada: justifica-se dizendo-se universal, supostamente válida para todos. Mas, então, todas e quaisquer normas morais são legítimas? Não deveria existir alguma forma de julgamento da validade das morais? Existe, e essa forma é o que chamamos de ética. A ética é uma reflexão crítica sobre a moralidade. Mas ela não é puramente teoria. A ética é um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, cujo objetivo é balizar as ações humanas. A ética existe como uma referência para os seres humanos em sociedade, de modo tal que a sociedade possa se tornar cada vez mais humana.

A ética pode e deve ser incorporada pelos indivíduos, sob a forma de uma atitude diante da vida cotidiana, capaz de julgar criticamente os apelos críticos da moral vigente. Mas, a ética, tanto quanto a moral, não é um conjunto de verdades fixas, imutáveis. A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada “natural”. Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão e uma justificação crítica universal, e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância crítica sobre a moral, para reforçá-la ou transformá-la.

A ética tem sido o principal regulador do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. Sem ética, ou seja, sem a referência a princípios

humanitários fundamentais comuns a todos os povos, nações, religiões etc., a humanidade já teria se despedaçado até a autodestruição. Também é verdade que a ética não garante o progresso moral da humanidade. O fato de que os seres humanos são capazes de concordar minimamente entre si sobre princípios como justiça, igualdade de direitos, dignidade da pessoa humana, cidadania plena, solidariedade etc., cria chances para que esses princípios possam vir a serem postos em prática, mas não garante o seu cumprimento.

As nações do mundo já entraram em acordo em torno de muitos desses princípios. A “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, pela ONU (1948), é uma demonstração de o quanto a ética é necessária e importante. Mas a ética não basta como teoria, nem como princípios gerais acordados pelas nações, povos, religiões etc. Nem basta que as Constituições dos países reproduzam esses princípios (como a Constituição Brasileira o fez, em 1988).

É preciso que cada cidadão e cidadã incorpore esses princípios como uma atitude prática diante da vida cotidiana, de modo a pautar por eles seu comportamento. Isso traz uma consequência inevitável: frequentemente o exercício pleno da cidadania (ética) entra em colisão frontal com a moral vigente... Até porque, a moral vigente, sob pressão dos interesses econômicos e de mercado, está sujeita a constantes e graves degenerações.

(<https://www.portaleducacao.com.br> - Texto adaptado)

Questão 01

Dentre as alternativas abaixo, a que se identifica com a mensagem do texto é:

- A) A ética basta-se como teoria ou fundamento pactuado pelas nações.
- B) Existe apenas uma moral.
- C) A moral é um acontecimento que tem compromisso com a universalidade.
- D) A ética muitas vezes se mistura à moral.
- E) As ações humanas devem ser absorvidas pela ética, como conduta real.

Questão 02

De acordo com o texto é correto afirmar que:

- I. A ética pressupõe a observação de três aspectos: material, psicológico e espiritual.
- II. A ética é uma referência para a sociedade futura, pois o planeta ainda é desumano.
- III. A ética, no exercício crítico, pode fortalecer moral ou modificá-la.
- IV. A humanidade já teria se exterminado se não existisse a ética.
- V. A ética, com certeza, garante o progresso moral da humanidade.

Estão corretas apenas:

- A) I, II, V.
- B) I, III, IV.
- C) I, IV, V.
- D) II, III, V.
- E) II, III, IV.

Questão 03

De acordo com a leitura do texto, a opção abaixo que NÃO se relaciona ao universo semântico da ética, apresentado no texto, é:

- A) refúgio fugaz.
- B) reduto duradouro.
- C) morada humana.
- D) guarida salutar.
- E) abrigo protetor.

Questão 04

Observe as relações semânticas estabelecidas pelos elementos de coesão em destaque.

- I. **Como** há morais específicas, não se pode generalizar essa questão.
- II. Precisamos incorporar a ética em nossas atitudes, **pois** vivemos em sociedade.
- III. Toda a sociedade viverá em harmonia, **exceto se** agredir a ética.
- IV. Um dia a escravidão foi considerada natural, **mas** hoje é inaceitável.
- V. A ética se move historicamente **tanto quanto** a moral.

Pode-se afirmar que estas relações são de:

- A) comparação, causa, conformidade, oposição, tempo.
- B) finalidade, oposição, causa, concessão, alternância.
- C) causa, explicação, condição, oposição, comparação.
- D) comparação, causa, condição, concessão, alternância.
- E) causa, explicação, conformidade, tempo, comparação.

Questão 05

Observe o período abaixo.

Quanto ao comportamento ético na convivência social, deve-se incentivar **o comportamento ético** entre todos, de modo que venham a alcançar **comportamento ético**, enriquecidos do entusiasmo que **a esse comportamento se associa**.

Visando à coesão linguística para evitar as repetições, a opção abaixo que substitui com correção as expressões destacadas é, respectivamente:

- A) incentivar-lhe – alcançar-lhe – nele se associa
- B) incentivá-lo – lhe alcançar – a ele se associa
- C) incentivá-lo – alcançá-lo – se lhe associa
- D) lhe incentivar – o alcançar – lhe associa-se
- E) incentivar-lhe – alcançá-lo – se associa ao mesmo

Questão 06

No período “Não sei **por que** a moral vigente está sujeita a tantas degenerações.”, a alternativa que apresenta a expressão destacada acima, de forma correta e idêntico valor, é:

- A) As sociedades por que passamos eram bastante iguais.
- B) Ela é mais considerada pelos alunos por que respeita seus semelhantes.
- C) Explicou por que teve aquela atitude antiética na frente de todos os amigos.
- D) Precisamos entender a ética por que o mundo precisa progredir.
- E) Não investigaram o por que daquele procedimento desrespeitoso e inesperado.

Questão 07

Observe a frase abaixo.

“Os especialistas identificam quando a mente foi tomada por traumas desequilibrantes.”

Com base nas classes gramaticais empregadas no período, a alternativa correta é:

- A) O conectivo ‘quando’ pode ser substituído pelo conectivo ‘porque’ sem prejuízo do sentido da frase.
- B) O emprego do artigo ‘Os’ indica uma referência imprecisa ao substantivo ‘especialistas’.
- C) O uso do verbo ‘identificar’ no modo presente do indicativo exprime uma certeza.
- D) O emprego de ‘foi’ no pretérito perfeito do indicativo revela uma ação em processo no passado.
- E) O verbo ‘foi’ poderia ser substituído por ‘for’, caso quisesse fazer referência a um fato obtido como certo e posterior a sua fala.

Questão 08

Nos trechos,

“...principal regulador do desenvolvimento **histórico-cultural da humanidade.**”

“...já teria se despedido até a **autodestruição.**”,

as palavras destacadas sofreram o mesmo processo de formação, respectivamente, que:

- A) Girassol / bebedouro / multicolor
- B) Multicolor / acabamento / alto-falante
- C) Malmequer / arrozal / petróleo
- D) Fidalgo / emudecer / metamorfose
- E) Planalto / mestre-sala / cruzeiro

Questão 09

Em “Sentiu-se **à vontade** com aquela atitude solidária.”, a opção em que o sinal indicativo da crase é empregado pela mesma razão que o à da expressão grifada é:

- A) O cidadão desculpou-se e saiu às pressas do shopping.
- B) Os técnicos chegaram às dez horas para instalar o aparelho.
- C) À custa de muito esforço resolveu se juntar ao grupo.
- D) Esta atitude é igual à que presenciei na semana passada.
- E) O sol entrava à medida que o dia ia surgindo na bela mansão.

Questão 10

No período “A conduta cortês do advogado agradou-lhe bastante.”, a alternativa que apresenta frase com o mesmo tipo de regência verbal é:

- A) O médico ajudava a idosa mulher há bastante tempo.
- B) O rapaz agradeceu a oferenda com muito entusiasmo.
- C) Agradou os meninos com presentes, pelo Dia das Crianças.
- D) A jovem veterinária assistiu a bela gatinha com desvelo.
- E) O feroz animal obedeceu ao dono imediatamente.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO**Questão 11**

Das sentenças abaixo, a negação lógica da sentença “**Arnaldo é professor ou Carla não é médica**”, é:

- A) Se Arnaldo é professor, Carla é médica.
- B) Arnaldo não é professor, então Carla não é médica.
- C) Arnaldo não é professor e Carla é médica.
- D) Arnaldo é professor ou Carla é médica.
- E) Arnaldo não é professor ou Carla é médica.

Questão 12

Uma turma de um colégio é formada por 15 rapazes e 25 moças. **Dois quintos** das moças e **um terço** dos rapazes dessa turma usam óculos. Um dos 40 estudantes dessa turma foi sorteado, a probabilidade de que a pessoa sorteada (rapaz ou moça) use óculos, é de:

- A) 45,5%.
- B) 33,5%.
- C) 20,8%.
- D) 15,2%.
- E) 37,5%.

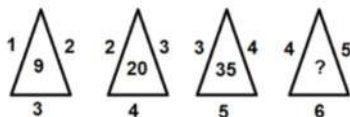
Questão 13

Duas famílias, Souza e Silva, foram almoçar em um restaurante e combinaram que a conta seria dividida proporcionalmente ao número de pessoas de cada família. O Sr. Souza levou sua esposa e seus dois filhos e o Sr. Silva, levou apenas a esposa e a filha. O valor total da conta foi de R\$ 245,00, logo, a parte dessa conta que coube à família Souza, foi de:

- A) R\$ 180,00.
- B) R\$ 140,00.
- C) R\$ 105,00.
- D) R\$ 160,00.
- E) R\$ 120,00.

Questão 14

Nas figuras abaixo há uma regra lógica que relaciona os números que estão fora dos triângulos com os números que estão dentro dos triângulos. De acordo com essa mesma lei de formação, o número que deve estar dentro do último triângulo é:



- A) 38.
- B) 40.
- C) 54.
- D) 48.
- E) 45.

Questão 15

A quantidade de unidades que devemos somar ao numerador da fração $\frac{2}{5}$ para que ela se torne equivalente a uma fração com denominador 35, é:

- A) 20.
- B) 10.
- C) 14.
- D) 16.
- E) 12.

**ÉTICA E CONDUTA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
Questão 16

Com relação à Sindicância e ao Processo Disciplinar, previstos no Estatuto do Servidor Público do Município de Vilhena, é correto afirmar que:

- A) quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será recebida como sindicância, antecedendo eventual instauração de processo disciplinar.
- B) na sindicância não se exige observância da ampla defesa, pois se trata de procedimento preliminar e célere.
- C) serve a sindicância para aplicação das penas de demissão e cassação da aposentadoria.
- D) sindicância e processo disciplinar têm o mesmo objetivo.
- E) a sindicância de rito sumário consiste na apuração do fato constitutivo de transgressão disciplinar.

Questão 17

A conduta do servidor público que revela um fato de que tem ciência em razão do cargo e que deve permanecer em segredo, configura:

- A) crime de violação de sigilo funcional.
- B) crime de prevaricação.
- C) contravenção penal.
- D) crime hediondo.
- E) infração ambiental.

Questão 18

Com relação à contratação de servidores públicos, a Constituição Federal define diversas regras, de forma a tornar o processo organizado, transparente e justo, coibindo-se as fraudes e conduta imoral na Administração. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) as contratações para cargo ou emprego públicos dar-se-á exclusivamente pelo regime estatutário, vedada a contratação com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
- B) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- C) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sem exceção.
- D) a Administração não permite que pessoas portadoras de deficiência ocupem cargo ou emprego públicos, em razão do princípio da eficiência.
- E) a investidura em cargo efetivo, cargo em comissão ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

Questão 19

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8429/92) determina que:

- A) apenas as pessoas expressamente indicadas no rol taxativo da referida lei poderão representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- B) a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- C) os atos de improbidade administrativa limitam-se àqueles que atentam contra os princípios da Administração Pública ou causam prejuízo ao erário.
- D) a condenação por ato de improbidade administrativa pode levar à suspensão dos direitos políticos do agente público, ou ainda, em casos mais graves, à cassação definitiva desses direitos.
- E) não importa em crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Questão 20

A Constituição Federal prevê que para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem:

- A) abster-se de votar nas eleições em que concorrerem.
- B) receber doações eleitorais até o limite de dez salários-mínimos.
- C) respeitar o sistema de voto censitário e por padrão socioeconômico, vigente no Brasil.
- D) ter idade mínima de trinta anos.
- E) renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**Questão 21**

Cada legislatura na Câmara Municipal terá duração de:

- A) 4 (quatro) anos.
- B) 5 (cinco) anos.
- C) 1(um) ano.
- D) 3 (três) anos.
- E) 2 (dois) anos.

Questão 22

São órgãos da Câmara Municipal:

- A) orçamento, estatuto e deliberações.
- B) mesa, plenário e comissões.
- C) moção, pleno e corte.
- D) vereadores, sessões e proposições.
- E) códigos, votação e veto.

Questão 23

Com relação ao procedimento previsto no Regimento Interno da Câmara de Vereadores para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), é correto afirmar que:

- A) se o resultado da votação for absolutório, o Presidente não poderá determinar o pronto arquivamento do processo, devendo submeter tal decisão ao Plenário.
- B) em caso de condenação, haverá a cassação do mandato do agente político, materializada pela expedição de um decreto legislativo.
- C) em nenhuma hipótese funcionarão concomitantemente mais de duas CPIs.
- D) na hipótese de o caso analisado necessitar de perícia técnica para ser esclarecido, o processo será encaminhado à Justiça Eleitoral, pois a realização de perícias extrapola a competência da Comissão.
- E) é dispensada a apresentação de razões escritas pelo denunciado, visto que o procedimento de CPI tem rito sumário.

Questão 24

Considere a seguinte situação: um servidor público do Município de Vilhena, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. Em virtude deste fato específico, o citado servidor terá direito a (à):

- A) auxílio-alimentação, para indenizar as despesas que tiver com alimentação.
- B) gratificação natalina, para pagar a sua ceia de natal.
- C) diárias, para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação e transporte.
- D) ajuda de custo, que servirá para compensar as despesas de instalação.
- E) auxílio-transporte, para indenizar as despesas que tiver com transporte.

Questão 25

A competência tributária do Município de Vilhena compreende a instituição e a cobrança dos seguintes impostos:

- A) ITBI, Contribuição de melhoria e Imposto sobre Grandes Fortunas.
- B) IPTU, ISSQN e ITBI.
- C) taxa de incêndio, contribuição para iluminação pública e ISSQN.
- D) ITR, IPVA e Imposto de Renda.
- E) taxa de incêndio, IPVA e IPTU.

INFORMÁTICA BÁSICA**Questão 26**

Uma intranet é:

- A) sinônimo de internet.
- B) rede de uso interno de uma instituição.
- C) rede com acesso público.
- D) rede de propaganda de uma empresa.
- E) rede de telefonia.

Questão 27

A CPU pode ser definida como:

- A) chip que executa as instruções.
- B) chip que controla a placa de vídeo.
- C) memória eletrônica do computador.
- D) cartão de memória de um telefone celular.
- E) pen drive.

Questão 28

Um arquivo PDF é um formato de arquivo de:

- A) apresentação de documentos e relatórios.
- B) usado para execução de programas.
- C) formato para animações 3D.
- D) formato gráfico usado para imagens.
- E) formato para vídeos.

Questão 29

Vírus de computador geralmente hospedam-se em arquivos com a extensão:

- A) .aws
- B) .exe
- C) .xls
- D) .vir
- E) .jpeg

Questão 30

O programa Microsoft Excel é um programa de:

- A) editor de vídeos.
- B) editor de imagens.
- C) editor de gráficos.
- D) editor de textos.
- E) planilha de cálculos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 31**

Na forma da Lei, é proibido a concessão da qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público às seguintes entidades:

- A) que tenham como objetivo social a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- B) instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, prática e visões devocionais e confessionais.
- C) que tenham como objetivo social a construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar.
- D) que tenham como objetivo social estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.
- E) que tenham como objetivo social a assistência social.

Questão 32

Por conta da crise econômica e da escassez de recursos enfrentados pelo município X, este lança um edital com intuito de angariar investimentos para a execução de obras de revitalização na zona portuária da cidade por meio de Parceria Público-Privada (PPP). Sobre licitação de PPP, é correto afirmar que:

- A) independentemente de o objeto do contrato exigir, não é necessário licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento.
- B) a minuta do edital e do contrato da PPP não se submeterão a consulta pública prévia.
- C) é vedada a participação, direta ou indireta, dos autores ou responsáveis pelo projeto, básico ou executivo, nas licitações e execução das obras ou serviços.
- D) no caso de PPP patrocinada é dispensável anterior autorização legislativa para a realização da licitação e celebração de contrato quando mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for pago pela Administração Pública.
- E) exige-se apresentação das razões que justifiquem a utilização de PPP em detrimento da concessão comum.

Questão 33

Imaginando o cenário hipotético em que o prefeito de Aparecida do Norte/SP impediu o uso de minissaia nas ruas do Município, atendendo pressão da Igreja, via decreto. O caso hipotético citado retrata o desrespeito ao seguinte princípio da administração pública:

- A) legalidade.
- B) tutela.
- C) eficiência.
- D) publicidade.
- E) autotutela.

Questão 34

Supõem-se que a entidade federativa distrital no âmbito de sua competência municipal, edita determinada lei que apresenta vício de inconstitucionalidade material, ante a ausência de observância de norma-regra constitucional. É correto afirmar que:

- A) diante do vício de inconstitucionalidade material, e não esgotado os outros meios eficazes de sanar a lesividade, pode os interessados promover arguição incidental de inconstitucionalidade.
- B) é admissível a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, desde que os legitimados universais ou especiais, comprovem aplicação da norma-princípio da subsidiariedade.
- C) diante do vício de inconstitucionalidade material, é admissível a propositura pelos legitimados da ação direta de inconstitucionalidade.
- D) diante do vício de inconstitucionalidade material, e não esgotado os outros meios eficazes de sanar a lesividade, deve ser proposta pelos legitimados a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- E) segundo entendimento preconizado no STF, não é cabível controle de constitucionalidade concentrado de lei ou ato normativo distrital, elaborado dentro do âmbito da competência municipal.

Questão 35

Sobre as regras de convivência entre as entidades federativas no âmbito da competência executiva horizontal comum, a alternativa correta é:

- A) Lei complementar federal, fixará as normas de cooperação entre as entidades federativas, com o fito de alcançar o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar no âmbito nacional.
- B) Lei complementar estadual, fixará as normas de cooperação entre as entidades federativas, com o fito de alcançar o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar no âmbito nacional.
- C) No âmbito da competência comum, compete a União legislar sobre normas gerais, e cabe aos Estados e o Distrito Federal editar normas suplementares.
- D) No âmbito da competência executiva horizontal comum, está excluída a participação dos Municípios.
- E) Lei ordinária ou complementar de cada ente da federação, regulará as regras de cooperação entre as entidades federativas.

Questão 36

Acerca da manifestação do poder constituinte derivado decorrente é correto afirmar que:

- A) quando a entidade federativa distrital edita sua lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por 2/3 pelos membros da Câmara Legislativa.
- B) quando a lei orgânica municipal, não observa as normas princípios da Constituição Estadual do Estado membro de sua circunscrição, sendo o objeto de representação de inconstitucionalidade.
- C) quando a entidade federativa estadual, no exercício de sua autonomia na capacidade de auto-organização, edita a Constituição Estadual.
- D) quando a entidade federativa municipal edita sua lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por 2/3 dos membros da Câmara Municipal, atendidos as normas princípios da Constituição Federal e da Constituição do Estado.
- E) quando a entidade federativa distrital edita sua lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por 2/3 dos membros do Congresso Nacional.

Questão 37

Quanto à responsabilidade extracontratual do Estado pode-se afirmar que:

- A) a Caixa Econômica Federal, com relação aos serviços bancários que presta, possui responsabilidade subjetiva para com os seus clientes.
- B) nos casos de custódia, o Estado sempre responde pela teoria objetiva, ainda que o ato tenha sido causado por terceiros.
- C) inaplicável o Código de Defesa do Consumidor às empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas quando há relação de consumo entre o Estado e o cidadão.
- D) as concessionárias possuem responsabilidade civil objetiva apenas em relação aos usuários dos serviços.
- E) nos danos causados por condutas omissivas, a responsabilidade do Estado é objetiva, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Questão 38

No tocante à Responsabilidade Civil do Estado, conforme o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, assinale a opção correta.

- A) O Estado tem o dever de zelar pela integridade dos internos em seus estabelecimentos prisionais, respondendo pelos danos de que venham a ser vítimas durante o período da custódia, caso algum agente estatal haja concorrido para o dano comissivamente.
- B) Fugindo o paciente internado do hospital psiquiátrico público, em surto, não dá margem ação de reparação em face do Estado por danos materiais e morais, por se tratar de culpa exclusiva da vítima.
- C) Dois delinquentes que, meses antes, fogem de presídio federal, de segurança máxima, onde cumpriam penas, assaltam, fortemente armados, diversas lojas comerciais, especializadas na venda de relógios, enseja a propositura de ação de reparação de dano em face do Estado.
- D) Os atos de delinquentes, revoltados contra a morte de um bandido, incendeiam ônibus e quebram as vitrinas de várias lojas comerciais, a responsabilização civil do Estado é possível.
- E) Há de prosperar ação de responsabilidade civil contra uma empresa pública que se dedica à exploração de atividade econômica, visando o ressarcimento de danos que lhe foram causados em virtude da má atuação da empresa, razão pela qual sua responsabilidade é objetiva, devendo a reparação ocorrer independentemente de ela ter agido com culpa ou dolo.

Questão 39

A União deferiu ao servidor uma aposentadoria por invalidez. Com o decorrer do tempo, passados dez meses, o órgão público, ao realizar revisão em seus arquivos, verificou que o mencionado servidor estava percebendo, a mais de sua aposentadoria, a quantia de R\$ 1.800,00. Conforme o entendimento mais recente dos nossos tribunais sobre a matéria, está correta a seguinte alternativa:

- A) Os descontos a serem efetuados possuem o caráter de penalidade, pois o ato está eivado de nulidade.
- B) Erro da administração não obriga servidor a devolver valores recebidos de boa-fé.
- C) Caberia, no caso hipotético narrado, a União impor ao servidor o ressarcimento ao erário.
- D) Depois de conceder a aposentadoria, não se admite abaixar o rendimento do servidor por uma questão de segurança jurídica.
- E) Os servidores inativos estão obrigados, por força de lei, a restituir ao erário, em valores atualizados, as importâncias que lhes forem pagas indevidamente.

Questão 40

Acerca da contratação de parcerias público-privadas, é correto afirmar que:

- A) na concessão administrativa, a relação da empresa contratada é diretamente com a Administração Pública, não tendo com os administrados qualquer relação.
- B) trata-se de um acordo firmado somente com a Administração Pública, com o objetivo de implantação ou gestão de serviços públicos.
- C) inexistente garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público.
- D) o objeto principal da concessão administrativa reside na prestação de serviços prestada à Administração com características de serviço público.
- E) repartição dos riscos entre os parceiros contratantes será da administração pública contratante.

Questão 41

Na hipótese de determinada legislação impossibilitar a permanência de licenças regular e previamente concedidas, bem como respeitadas pelos seus beneficiários, estar-se-á de frente da seguinte modalidade de extinção dos atos administrativos:

- A) Caducidade.
- B) Revogação.
- C) Renúncia.
- D) Cassação.
- E) Anulação.

Questão 42

A opção correta a respeito de bens públicos é a seguinte:

- A) Os bens de uso especial são utilizados somente pela própria Administração Pública.
- B) Os bens dominicais são aqueles que possuem destinação pública.
- C) Não acarretará a perda da qualidade de bem de uso comum do povo o fato de a Administração regulamentar o seu uso, ou torná-lo acessível apenas na forma onerosa.
- D) Impossibilidade de um bem de uso comum ser desafetado.
- E) Bem dominical pode ser adquirido por usucapião, segundo enunciado do Código Tributário.

Questão 43

A respeito da alienação de bens imóveis de propriedade da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) os bens dominicais apresentam como características a alienabilidade absoluta, porque podem perdê-la pelo instituto da afetação.
- B) na concessão de uso, o particular compra do poder público, de forma condicionada pelo prazo estipulado em 50 anos.
- C) investidura não foi recepcionada pela atual constituição, pois a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente é uma opção facultativa e não obrigatória.
- D) a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis pode ser na forma de leilão na hipótese em que os bens tenham ingressado no patrimônio da Administração Pública por força de decisões judiciais ou de dação em pagamento.
- E) cessão de uso, que é uma venda do bem público por órgãos da própria pessoa jurídica de direito público ou por qualquer outra pessoa jurídica de direito público.

Questão 44

Quanto à adoção de medidas cautelares pelo Tribunal de Contas, pode-se afirmar que:

- A) não é possível os Tribunais de Contas expedirem medidas cautelares, tendo em vista inexistir previsão legal.
- B) é possível, tendo em vista que o Tribunal de Contas é auxiliar do Poder Judiciário no controle externo.
- C) há vedação expressa na CRFB/88 e na Lei Orgânica dos Tribunais de Contas sobre aplicação de medidas cautelares no início ou no curso de qualquer apuração.
- D) ao Tribunal de Contas somente é permitido a solicitação ao administrador público à correção da ilegalidade através da edição de um ato substitutivo.
- E) a jurisprudência do STF reconhece tal atribuição aos Tribunais de Contas, permitindo a adoção de medidas cautelares, baseada na teoria dos poderes implícitos.

Questão 45

É constitucional dispositivo de lei que obriga a demonstração da recusa ou omissão na resposta de acesso às informações para a impetração de Habeas Data? A resposta correta à indagação é a seguinte:

- A) Não, pois tal exigência é inconstitucional.
- B) Sim, mas alguns legitimados além de demonstrar o interesse de agir, precisam demonstrar pertinência temática.
- C) Sim, pois para restar configurado o interesse de agir é exigido prova do indeferimento do requerimento ou na omissão da resposta para não ocorrer a carência da ação.
- D) Sim, entretanto deve-se ocorrer o exaurimento da via administrativa antes da propositura de Habeas Data.
- E) Não, porque o princípio da inafastabilidade da jurisdição garante total e irrestrito acesso à Justiça.

Questão 46

Em um julgamento, o Supremo Tribunal Federal - STF interpretou determinada norma analisando o contexto de sua criação, tais como os precedentes, os motivos, o projeto, debates e votação no Congresso Nacional que atingiram a occasio legis. Assim, foi adotado o método de interpretação jurídica denominado:

- A) Interpretação evolutiva.
- B) Interpretação sistemática.
- C) Interpretação teleológica.
- D) Interpretação gramatical.
- E) Interpretação histórica.

Questão 47

O ato que haverá um controle pelo órgão superior, a fim de constatar se aquela primeira manifestação de vontade estava de acordo com os parâmetros da lei. Tem-se um ato principal e um ato acessório de verificação. Observa-se que o ato tem uma condição suspensiva de exequibilidade. Trata-se de um ato:

- A) Composto.
- B) Enunciativo.
- C) Complexo.
- D) Parecer.
- E) De império.

Questão 48

Em fiscalização por denúncia de terceiros, a municipalidade realizou apreensão de mercadorias vendidas ilegalmente (Destrução de produtos piratas), bem como o fechamento de estabelecimentos comerciais ou industriais que não atendam às normas de segurança, higiene, meio ambiente. O atributo que caracteriza a execução realizada pela própria municipalidade é:

- A) poder disciplinar.
- B) imperatividade.
- C) auto executoriedade.
- D) presunção de veracidade.
- E) poder de polícia.

Questão 49

No que concerne à criação, fusão, incorporação e desdobramento de Municípios, é correto afirmar que:

- A) a criação de Municípios deve obedecer a edição de Lei complementar federal, sendo posteriormente editada Lei estadual, dentro de um período determinado, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, das populações dos Municípios envolvidos.
- B) a criação de Municípios, demanda Lei complementar estadual, que designará o interregno de tempo para constituição da entidade federativa, e dependerá de consulta prévia, mediante referendo.
- C) a criação de Municípios, depende de manifestação da população diretamente interessada, mediante plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- D) somente se admite a criação de Municípios, por meio de Lei complementar federal, sendo posteriormente editada Lei estadual, dispensando a consulta prévia mediante referendo.
- E) a Constituição Federal de 1988, não prevê a possibilidade de criação de Municípios. Somente admite as operações de fusão, incorporação e desdobramento dessa entidade federativa.

Questão 50

A definição de Pessoa Jurídica de Direito Privado, que faz parte da Administração Pública Indireta, criada através de autorização legal sob qualquer forma societária admitida em direito, formada com capital exclusivamente público, proporcionando serviços públicos ou desenvolvendo atividades econômicas, refere-se à:

- A) Empresas Públicas.
- B) Órgãos Públicos.
- C) Sociedade de Economia Mista.
- D) ONGs.
- E) Cooperativas.